

Sarney estuda “gatilho” salarial

O presidente José Sarney deve vetar a lei salarial aprovada no mês passado pelo Congresso e até segunda-feira pode baixar medida provisória com as novas regras de reajustes para os salários.

Há três alternativas em estudo e a mais provável prevê correção mensal para todas as faixas de renda quando a inflação ultrapassar determinado limite. O reajuste seria igual ao excedente de inflação que superasse esse teto e a reposição da diferença ocorreria ao fim de cada três meses.

Essa proposta é uma adaptação do projeto original do deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que propunha um reajuste automático toda vez que a inflação passasse de 5% ao mês. A discussão no governo é quanto ao limite inflacionário

que fará disparar o gatilho da correção. Quanto maior o teto, maior será a perda salarial acumulada no período. Conta o governo com a contenção dos salários para reduzir o crescimento do consumo.

As outras alternativas em cogitação são o retorno da antiga URP e a criação de um esquema de reajustes trimestrais de salários, que é considerada a menos provável das três. Segundo uma fonte do governo, com a aceleração inflacionária, a adoção de uma política de aumentos trimestrais significaria um forte arrocho.

A volta da URP conta com a simpatia de parte dos assessores do governo porque implica num retardamento da recuperação do poder de compra dos salários. “Está voltando a situação pré-Plano Verão,

por que não o retorno da URP?” argumentou um desses assessores.

O deputado Osmundo Rebouças também recebeu informações, do governo de que sua proposta será a base da medida provisória que instituirá a nova política salarial. Segundo ele, a política aprovada pelo Congresso, que prevê reposição integral para as faixas de renda de até três salários mínimos por mês, será vetada por ter sido considerada inflacionária.

Estudos feitos pelo IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) demonstram que a reposição integral da inflação beneficiaria mais de 70% dos trabalhadores, com aumento da massa salarial em níveis incompatíveis com o objetivo do Governo de reduzir o consumo para conter a inflação.